



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**CARTAS ENTRE CONFRADES:**

**ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E A DEFESA DE UM PROJETO LIBERAL  
A PARTIR DO ARQUIVO PESSOAL DE PLÍNIO BARRETO (1930-1940)**

Ana Luiza Mello Santiago de Andrade <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende apresentar reflexões levantadas a partir do estudo do arquivo pessoal de Plínio Barreto. Barreto participou ativamente da política estadual paulista e nacional durante as conturbadas décadas de 1930 e 1940. Redator-chefe do jornal O Estado de S. Paulo suas ações políticas estavam, notadamente, voltadas para os pilares do liberalismo: as liberdades individuais, a democracia e/ou o autoritarismo (CAPELATO, 1989) e, principalmente, a propriedade privada. O pensamento liberal norteou a ação de um grupo intelectual, especialmente em um contexto de aprofundamento do capitalismo industrial no país (MICELI, 2011). A proposta é apresentar as redes de sociabilidade que se articulavam em torno do grupo do Estadão, percebendo que estas redes se ligavam em três pontos: a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o jornal O Estado de S. Paulo, e a política institucional. As cartas aqui estudadas constituem-se numa documentação estratégica para a compreensão destas redes de relações políticas, culturais e intelectuais do período, levando-se a refletir sobre o mundo político de maneira renovada. Assim, a categoria de culturas políticas torna-se central, sabendo-se que o político é um ponto de confluência de diversas ações e que auxilia na compreensão do tecido social (REMOND, 2003). Entende-se que este tripé é central para compreender o desenvolvimento de um projeto liberal republicano que ainda reverbera neste tempo presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** São Paulo, Movimento de 1932, liberalismo, arquivo pessoal, Plínio Barreto.

Quem transita pela cidade de São Paulo vê marcadas nas ruas e monumentos referências ao Movimento de 1932: as avenidas 9 de julho<sup>2</sup> e 23 de maio<sup>3</sup> são vias importantes do tráfego urbano; o edifício que sedia a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo leva também em seu nome a data que marca o início do acontecimento aqui em

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo com pós-doutorado em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora colaboradora no departamento de História da UDESC, [analuizaandrade@gmail.com](mailto:analuizaandrade@gmail.com).

<sup>2</sup> A Avenida 9 de julho leva esse nome em homenagem à data em que se deflagrou o Movimento de 1932.

<sup>3</sup> Data de manifestação que precedeu o movimento de julho do mesmo ano e que teve como resultado a morte de quatro pessoas: Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Américo de Camargo Andrade, que estão sepultados no mausoléu do Obelisco do Ibirapuera.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



questão – Palácio 9 de julho. Em seu interior há uma escultura como reafirmação dos ideais de outrora: o número 32 em madeira é adornado pelas bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo e por um capacete usado à época. Além destes, o Obelisco Mausoléu aos Heróis de 1932, mais conhecido como Obelisco do Ibirapuera, também ganha destaque no traçado urbano. Com tantas marcas de rememoração do feito espalhadas pela maior capital do país a impressão é de vitória, por parte dos paulistas. Mas, o Movimento de 1932 é, possivelmente, um dos acontecimentos mais controversos da recente história política do país. Para Emília Viotti da Costa havia “Na memória dos homens que participaram da revolução, uma história que fala mais de seus sonhos e de suas paixões do que sobre a realidade que os gerou” (COSTA, 2015, p. 191). Mais do que isso, o que se pretende demonstrar nesse estudo é justamente que o que mobilizou parte dos intelectuais paulistas em ações políticas como o Movimento de 1932 ultrapassava sonhos e paixões, projetando e intencionando a defesa de um modelo político liberal e a manutenção do poder pelas elites paulistas frente ao governo de Getúlio Vargas.

Vargas foi, portanto, o grande *inimigo* a ser vencido pelos paulistas, desde o momento que tomou o poder em 1930. Assim, o Movimento de 1932 é, também, resultado do período conturbado da Revolução de 1930 (COSTA, 2015, p. 188). Ela, em certa medida, rompeu com a liderança evidente de São Paulo durante a Primeira República, gerando crise e descontentamento no estado, que passou a se posicionar como o principal opositor de Vargas. Para Lilia Schwarcz “O grande adversário de Vargas, no entanto, estava em São Paulo. A vitória dos rebeldes em 1930, abateu o protagonismo da elite paulista e instalou um poderoso foco de oposição no estado mais rico do Brasil” (SCHWARCZ, 2015, p. 364). Esse momento crítico é caracterizado por Schwarcz como a “materialização da política do ressentimento” (SCHWARCZ, 2015, p. 364). Jornais, como *O Estado de S. Paulo*, passaram a construir a oposição a Getúlio Vargas. Em 1932 projetavam esperanças de um resultado positivo no caso de uma revolução vencedora (COSTA, 2015, p. 191). Dessa forma, uma pergunta norteia o estudo aqui apresentado: os paulistas engajados no movimento de 1932 travavam uma luta constitucional, como anunciavam, ou brigavam pela manutenção do poder da Primeira República?

É neste contexto que entra Plínio Barreto, foco da análise a que se pretende este estudo. Jornalista e advogado, Barreto atuou com destaque durante o Movimento de 1932,



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



pois assumiu funções em comissões centrais da organização do levante, como a *Comissão Central de Propaganda Cívica* e a *Comissão de Redação Radio Jornal*. A partir de seu arquivo pessoal é possível perceber que seu grupo político – situado entre o jornal *O Estado de S. Paulo*, o poder público e o mundo do direito, especialmente a partir da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – dava o tom<sup>4</sup> das causas e das bandeiras levantadas contra Vargas. A pauta que unia diferentes grupos contra Vargas era a bandeira constitucionalista. A defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte levava à questão um tom democrático. Entre o grupo comandado pelas elites paulistas havia também, na defesa desta bandeira, a possibilidade de, caso vencedores, retomarem o poder da nação e, por conta disso, “até hoje, essa combinação entre derrubar governo e convocar uma Assembleia Constituinte levou muitos paulistas a se referirem ao movimento como Revolução Constitucionalista de 1932” (SCHWARCZ, 2015, p. 364). Antes mesmo do movimento de 1932 e logo após a tomada do poder por Getúlio Vargas, em dezembro de 1930 Barreto já articulava com seus interlocutores. Em carta enviada por ele a Júlio César de Faria, Barreto destaca a necessidade de iniciar uma campanha pela restauração constitucional, “de modo que saíamos depressa da instabilidade política em que nos encontramos e obtermos, no futuro, mediante remodelação completa da nossa organização política (...)”. (Arquivo IEB – USP/ Coleção Plínio Barreto/ código de referência: PB-C-CA-54). Sua participação ativa no Movimento de 1932 pode ser atestada a partir de diversas correspondências por ele recebidas. Logo após sua prisão recebeu um bilhete assinado por Raphael Martins que destaca “sua nobre atitude e patriótica ação” durante o movimento em questão. (Arquivo IEB – USP/ Coleção Plínio Barreto/ código de referência PB-C-CP-0774).

Notória é a participação de Plínio Barreto nos esforços de guerra. De acordo com levantamento feito por Rodrigues (2009), Barreto atuava como presidente da Comissão Central de Propaganda Cívica<sup>5</sup>. Presidiu também a Comissão de Redação e o Instituto dos

---

<sup>4</sup> Muitas foram as formas de levar a população a lutar pelas causas desse grupo. Panfletos, palavras de ordem e slogans eram muito comuns. Um exemplo deles é o slogan *Ouro pelo bem de São Paulo*, que incentivou mulheres paulistanas a doarem suas joias como forma de arrecadar dinheiro para o combate. (SCHWARCZ, 2015, p. 365).

<sup>5</sup> De acordo com o levantamento do mesmo autor, compuseram a comissão de propaganda cívica Abrahão Ribeiro, Alcir Porchat, Antão de Sousa Moraes, André B. Paes Leme, Christóvam Prates da Fonseca, Rivadavia Dias de Barros e Theodomiro Dias. No início das atividades estiveram presentes também Oscar Rodrigues Alves, Cantídio de Moura Campos, Fernando Costa, Henrique Bayma, Clóvis Ribeiro e Paulo Duarte.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Advogados. Essa atuação leva-nos a identificá-lo como um personagem importante na trama política do levante de 1932. Estar à frente da Comissão de Propaganda, por exemplo, demonstra este destaque, tendo em vista que a propaganda da ideia, muitas vezes, funciona como arma poderosa para ação em si. De acordo com Emília Viotti da Costa “delineia-se a palavra de ordem constitucionalista – capaz de unir a gregos e troianos. A mística paulista é construída. Apela-se para o povo de São Paulo” (COSTA, 2015, p. 190). Assim, a figura de Plínio Barreto projeta-se não apenas como advogado, mas também como jornalista. A atuação na comissão de propaganda deixa ver o destaque na comunicação para estratégia do levante. De acordo com Rodrigues (2009),

A nomeação de homens de prestígio político e experiência no campo do jornalismo, notadamente Paulo Duarte e Plínio Barreto pertencentes ao grupo de O Estado de S. Paulo e certamente situados entre os mais competentes profissionais da comunicação no estado, está imbuída da clara intenção de efetivar um padrão de excelência no âmbito da propaganda proselitista, da mesma forma que demonstra a seriedade com que os meios de comunicação aderiram à causa e articularam o levante, refutando a simples cobertura publicitária pelo engajamento ativo (RODRIGUES, 2009, p. 135-136).

Sérgio Adorno em seu livro *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira* destaca a trama na qual eram envolvidos os bacharéis, notadamente da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, alertando para as múltiplas funções – e vias de ação – que os bacharéis exerciam desde o século XIX:

Toda uma ‘trama’ intrincada de relações e de práticas sociais constituiu o terreno sobre o qual se edificou o universo ideológico que fez emergir o principal intelectual da sociedade brasileira do século passado: o bacharel. Tratou-se de um intelectual que se desenvolveu às expensas de uma vida acadêmica controvertida, agitada e heterogênea, construída nos interiores dos institutos e associações acadêmicos, que teve no jornalismo seu mais eficaz instrumento de luta e tornou viável a emergência de uma ética jurídica liberal, defensora das liberadas e da vigília permanente da sociedade. As Academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação, saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetos do saber. Um intelectual educado e disciplinado, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais (ADORNO, 1988, p. 79).

A opinião – e as seções de opinião dos jornais modernos – são as marcas de uma imprensa que se autoproclama imparcial, o que está longe de excluir a participação em



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



tramas, conspirações, construções de inimigos e embates políticos pelas suas páginas. Em *O Bravo Matutino*, Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato destacam que o estudo de empresas jornalísticas como o *Estadão*, é significativo não somente para “fazer história da imprensa, mas de situar esses jornais como elementos atuantes no processo político global” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XI).

Plínio Barreto também sofrera à época com a oposição à Vargas. Foi preso no Rio de Janeiro, mas logo voltou à ativa, continuando à frente da redação do *Estadão* e fazendo de suas colunas o local de recados oficiais do grupo. Antão de Sousa Moraes escreve a Plínio Barreto em 14 de outubro de 1932, quando este encontrava-se na prisão. Ele conta que esteve na casa de Barreto visitando sua esposa e afirmando: “Deixei-a conformada, principalmente depois que fiz ver a ela a conveniência da sua prisão, para demonstrar, materialmente, aos seus maldosos inimigos, a sua nenhuma relação com a Ditadura.” (Arquivo IEB – USP, Coleção Plínio Barreto, código de referência: PB-C-CP-0908). Antonio Define também presta solidariedade ao jornalista e advogado em correspondência relatando que soube de sua prisão. Ele dizia que era preciso ter “calma e resignação e, sobretudo, não percamos a esperança de ver realizado o sonho de S. Paulo, que nada mais é do que o Brasil reintegrado a um regime de lei.” (Arquivo IEB – USP, Coleção Plínio Barreto, código de referência: PB-C-CP-0366). Com o período democrático que se seguiu ao Estado Novo, Barreto alcançou cargos públicos via eleição. Foi eleito como deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 pela União Democrática Nacional. Nela, atuou como vice-presidente da comissão de constituição e justiça e presidente da Comissão de Inquérito sobre os atos abusivos durante a ditadura de Vargas.

Barreto participou ativamente da política estadual e nacional durante a conturbada década de 1930. Em 1930 foi designado secretário de justiça e segurança pública, durante o governo de José Maria Whitaker, que em seguida assumiu o Ministério da Fazenda. Com isso, tornou-se governador provisório de São Paulo durante o mês de novembro, quando renunciou e retornou às funções anteriores. Em 1932 Barreto atuou diretamente no Movimento Constitucionalista e como presidente do Instituto de Advogados de São Paulo convidou seus colegas de profissão a aderirem ao movimento. Quando foram derrotados Barreto foi preso no Rio de Janeiro.





**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



A correspondência de Plínio Barreto dá pistas significativas sobre a formação de uma rede de solidariedade e sociabilidade intelectual e política. Das 1702 correspondências que formam o seu fundo, foram selecionadas 344 para leitura e, destas, 78 foram transcritas para a pesquisa que aqui se apresenta. A primeira seleção foi feita a partir do catálogo do IEB<sup>6</sup> disponível on-line, a partir da data de interesse: 1930 – 1945, na intenção de perceber as articulações do grupo a qual pertencia Barreto durante o Governo Vargas. Das cartas enviadas e recebidas no período destacou-se as correspondências cujos interlocutores haviam frequentado a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, entendendo ser ela um centro irradiador da oposição a Getúlio Vargas, e um local importante de articulação política, notadamente durante o Movimento de 1932. Assim foi possível, em certa medida, notar as tessituras do acontecimento, na urdidura da sua construção por parte dos revoltosos. Das 344 correspondências selecionadas para leitura, 151 são de ex-alunos da Faculdade de Direito. O montante, em todo o acervo de Plínio Barreto, de interlocutores que passaram pelos bancos da instituição educacional é bastante expressivo. Dentre seus correspondentes estão figuras importantes do mundo jurídico brasileiro, como Henrique Bayma, Reinaldo Porchat, Antônio de Almeida Prado, Armando Prado, Ernesto de Moraes Leme, Antonio Define, Pedro de Toledo, dentre outros.

Por isso, uma das principais preocupações aqui é refletir sobre o mundo político de maneira renovada. E, neste sentido, a categoria de culturas políticas torna-se central, sabendo-se que o político é um ponto de confluência de diversas ações e que auxilia na compreensão do tecido social. Para René Rémond, o historiador do político “Não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social. (RÉMOND, 2003, p. 447). A investigação sobre as cartas – documentos do privado de Plínio Barreto –, contribuem para a compreensão de seu lugar no mundo político e, embora sejam documentos da intimidade, revelam também articulações, embates e entraves da vida pública. Assim “Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta

---

<sup>6</sup> Disponível em:

[http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/consultaUnidadesLogicasInferiores.asp?Setor\\_Codigo=1&Acervo\\_Codigo=67&Unidades\\_Logicas\\_Codigos=9829](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaUnidadesLogicasInferiores.asp?Setor_Codigo=1&Acervo_Codigo=67&Unidades_Logicas_Codigos=9829) Acesso em 3 de agosto de 2019.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada.” (RÉMOND, 2003, p. 442).

Nosso problema aqui se estabelece a partir da ruptura de 1930. Com a Revolução de 1930 o cenário muda. Embora Getúlio Dorneles Vargas tenha tido também sua formação em Direito, fugia do círculo consagrado até então: a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Se observarmos a formação dos nossos 38 presidentes, posto máximo do executivo brasileiro, desde o início da república, podemos constatar destes da metade teve a sua formação no curso de Direito, especialmente nos primeiros anos da nossa história republicana. Cabe destacar que o grupo paulista vem discutindo as possibilidades constitucionais desde o primeiro momento da tomada de poder por parte de Vargas. Em carta endereçada a Júlio César de Faria<sup>7</sup> Barreto coloca as colunas do jornal *O Estado de S. Paulo* à sua disposição e afirma que “precisamos de larga propaganda em prol da restauração constitucional no Brasil, de modo que saíamos depressa da instabilidade política em que nos encontramos” (Arquivo IEB – USP/ Coleção Plínio Barreto/ código de referência: PB-C-CA-54). Antão de Sousa Moraes<sup>8</sup> escreve a Barreto em 23 de dezembro de 1930, logo após o período instável de transição, oferecendo dicas de leitura sobre direito constitucional e afirma “creio que será feliz o nosso estado se as ideias capitais desse excelente estudo puderem ser adaptadas: câmara única, número reduzido de deputados, partidos políticos, caminhos profissionais e um conselho jurídico associado à preparação das leis” (Arquivo IEB – USP/ Coleção Plínio Barreto/ código de referência: PB-C-CP-0907). Os debates em torno da formulação de uma nova constituição imediatamente após a Revolução de 1930 e a certeza da presença paulista na elaboração do novo código legal marcam as correspondências recebidas e enviadas por Barreto. Fazer parte da elite política e jurídica do país garantiu trânsito e protagonismo na formulação dos modelos de estado. A ascensão de Vargas deixa patente o descontentamento do grupo paulista, mas ao mesmo tempo mostra também as suas expectativas mesmo num tempo de incertezas e instabilidade.

Se o movimento de Vargas em 1930 tirou do poder o grupo até então acostumado a ele, afastou os paulistas – e os bacharéis da Faculdade do Largo de São Francisco – gerando

---

<sup>7</sup> Advogado brasileiro natural da Bahia e formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi ministro do Tribunal de Justiça.

<sup>8</sup> Advogado e posteriormente membro da Comissão Central de Propaganda com Plínio Barreto durante o levante de 1932.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



descontentamento. Tal descontentamento se fez ver nas mais diversas manifestações, que culminaram no levante armado iniciado em 9 de julho de 1932. A data entra até hoje no calendário comemorativo do estado, e há uma constante rememoração do movimento paulista. O levante pouco durou: em dois de outubro do mesmo ano os paulistas assinaram a rendição. Não à toa nos dias seguintes diversas foram as prisões de lideranças, dentre elas a de Plínio Barreto. Boa parte das cartas aqui estudadas são datadas desse período: outubro de 1932.

O fim da revolta paulista deixou resultados, como a nomeação de um paulista civil para a interventoria do estado, marcando uma vontade de pacificação por parte de Vargas, e a chamada de novas eleições e da formação de uma assembleia constituinte, marcada para 1933, que já estava prevista mesmo antes do levante paulista.

O artigo aqui apresentado sinaliza a articulação política em torno de uma figura chave, porém, pouco explorada em sua faceta política. Plínio Barreto foi um personagem que orbitou por mundos que se articularam no auge do movimento de 1932: a comunicação e a vida jurídica. O domínio da questão constitucionalista, sua discussão e difusão foram promovidas por pessoas que, como Barreto exerciam diferentes funções. Não à toa o nome de Barreto tenha sido tão central na estratégia: da sua atuação na presidência do Instituto dos Advogados à presidência da Comissão de Propaganda Cívica, uma dúvida sobre seu futuro pós 1932 paira nas correspondências. Certo é que o período marcado pelo Estado Novo não fora fácil para o *grupo do Estadão*. O que as cartas aqui abordadas nos dão a ler é a formação de um grupo político marcado por redes de sociabilidades e solidariedades, que deixam a ver suas estratégias políticas, mas também suas relações íntimas, suas redes de amizade, e suas intencionalidades para com o Estado nação. Há aí, portanto, uma evidente amálgama de espaços públicos e privados.

O fim do governo de Getúlio Vargas é celebrado em algumas das correspondências consultadas. As eleições de 1945 foram de vitória para Barreto, que se elegeu Deputado, passando a atuar como tal a partir de 1946. A carta que recebe de Amílcar Mendes Gonçalves<sup>9</sup> destaca-se por afirmar que, embora tristes por não terem eleito o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, para presidente, que então concorria contra Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD de Vargas tiveram “o consolo de ver que você irá para a Câmara Federal”.

---

<sup>9</sup> Advogado formado em 1922 pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e dividiu escritório com Valdomiro Silveira, colega próximo a Plínio Barreto.





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



(Arquivo IEB – USP/ Coleção Plínio Barreto/ código de referência: PB-C-CP-0574). Gonçalves ainda destaca que Barreto deveria seguir “sua magistral e sutilíssima pregação democrática”. (Arquivo IEB – USP/ Coleção Plínio Barreto/ código de referência: PB-C-CP-0574).

O que fica evidente é uma problemática em torno da questão de 1932: os paulistas, ressentidos, seguiram buscando seu lugar no jogo político nacional. Se em 1945 comemoravam a eleição de Plínio Barreto para o legislativo federal, no restante do século XX se dedicaram a marcar nos nomes de ruas, praças e prédios públicos a sua posição inicial, desde o conflito contra Vargas: a defesa de um projeto liberal de Estado, em conflito com o Estado de Compromisso varguista iniciado a partir de 1930. Para Ansart é preciso problematizar as paixões políticas do presente e, a política do ressentimento que se desenvolveu em São Paulo é um exemplo possível para os estudos históricos, ou seja, faz-se necessário historicizar as emoções, como o ressentimento e, em outra medida, a nostalgia (BOYM, 2017).

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **Historia: questões e debates**. 17, n. 33, julho/dezembro 2000, Editora UFPR, pp. 145-164.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. In: **história e historiografia**, Ouro Preto, n.23, abril, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920 – 1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

COSTA, Emília Viotti. **Brasil: História, textos e contextos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



MAYER, Jorge Miguel. Plínio Barreto. In: **Dicionário Histórico-biográfico CPDOC**. Rio de Janeiro, FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barreto-plinio> Acesso em 14 de setembro de 2018.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

RODRIGUES, João Paulo. **Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição. Do confronto bélico à batalha por memória (1932 – 1934)**. Tese. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.